ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS
Vergueiro, 2485, CEP: 04.101-200 - Vila Mariana – São Paulo – (11) 5082-3691 - www.anpg.org.br

Manifesto ANPG: Sobreviver não basta!
Reajuste, Bolsas Pra Geral e Previdência na Pós já!

São Paulo, 09 de novembro de 2026

Investir em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) é fundamental para impulsionar o crescimento econômico de qualquer país, e no Brasil isso não é diferente. Uma das formas mais eficazes de promover esse avanço é a valorização de quem produz conhecimento. Por isso, é imprescindível que o Brasil tenha uma política permanente para seus jovens pesquisadores: reajustar as bolsas de estudos, no país e no exterior, criar um mecanismo anual de correção dos valores, ampliar o número de bolsas e garantir proteção previdenciária a quem vive delas.

As bolsas são o principal instrumento de formação de novos pesquisadores. O reajuste de 2023, conquistado depois de dez anos de congelamento e de intensa mobilização da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e de todo o movimento de pós-graduação, foi uma vitória. Mas já são quase quatro anos sem nova correção, e a inflação voltou a corroer o que foi conquistado: os R$ 2.100 do mestrado e os R$ 3.100 do doutorado valem hoje 13,8% menos do que valiam em fevereiro de 2023. Corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) desde o reajuste de abril de 2013, os valores deveriam estar em R$ 3.097 e R$ 4.542. Ou seja: seria preciso um reajuste de quase 50% apenas para devolver às bolsas o poder de compra de treze anos atrás.

A perda aparece no prato. Em 2013, a bolsa de mestrado comprava 4,6 cestas básicas em São Paulo; em outubro de 2026, compra 2,2. Isso significa que pós-graduandos e pós-graduandas precisam, muitas vezes, dobrar ou triplicar sua jornada para dar conta do custo de vida. Em muitos casos, vivem em situação de vulnerabilidade social, sem recursos para se manter na pesquisa e na universidade. A falta de investimento não apenas ataca a dignidade de estudo e trabalho na pós-graduação: torna a permanência um obstáculo que afasta os mais pobres do mestrado e do doutorado.

E a bolsa ainda é para poucos. Menos de quatro em cada dez pós-graduandos dos cursos acadêmicos têm bolsa. A maioria pesquisa sem nenhum apoio financeiro. É por

isso que defendemos Bolsas Pra Geral: toda pós-graduanda e todo pós-graduando com bolsa.

A previdência é outra dívida histórica com quem faz ciência no Brasil. Anos de dedicação exclusiva à pesquisa não contam para a aposentadoria nem garantem proteção em caso de doença ou maternidade. Depois de 40 anos de luta do movimento de pós-graduandos, conseguimos aprovar na Câmara dos Deputados, em março de 2026, o projeto que inclui os bolsistas de mestrado, doutorado e pós-doutorado na Previdência Social. Mas isso não é suficiente. O projeto tramita agora no Senado Federal como PL 1.721/2026, e o requerimento de urgência já está aprovado desde julho: falta entrar em pauta. Cada mês de espera é mais um mês de trabalho científico sem nenhum direito. Cobramos do Senado a votação imediata do PL 1.721/2026.

Isso sem mencionar a situação dos doutorandos e doutorandas que realizam suas pesquisas no exterior com apoio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), cujos valores estão há quase 15 anos sem reajuste e são insuficientes para manter os filhos da classe trabalhadora fazendo ciência fora do país. Muitas universidades já não aceitam brasileiros, porque o valor da bolsa não alcança o mínimo exigido para o visto ou para a carta de aceite. Essas bolsas precisam de correção imediata.

Esse cenário, produzido pelos cortes orçamentários e pela desvalorização da ciência entre 2016 e 2022, não foi revertido. A evasão na pós-graduação cresceu, com mais de 14 mil estudantes abandonando seus cursos em 2023, e a saída de jovens mestres e doutores em busca de melhores condições no exterior representa uma perda de talentos para o Brasil: é a chamada fuga de cérebros.

O orçamento caminha na direção contrária. No Orçamento de 2026, o Congresso Nacional cortou R$ 359 milhões da CAPES em relação ao que o Executivo havia proposto. A proposta para 2027 (PLOA 2027) chegou ao Congresso com R$ 4,69 bilhões para a agência, menos do que o valor aprovado para 2026, mesmo sem descontar a inflação. Nesse orçamento não cabe reajuste nem expansão. É por isso que a decisão está, agora, nas mãos dos parlamentares: o prazo de emendas ao PLOA 2027 termina em 23 de novembro, os relatórios setoriais de Educação e de Ciência e Tecnologia serão votados até 2 de dezembro e o plenário do Congresso vota o Orçamento em 17 de dezembro. Depois dessa janela, só haverá remanejamento e corte.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS
Vergueiro, 2485, CEP: 04.101-200 - Vila Mariana – São Paulo – (11) 5082-3691 - www.anpg.org.br

A ANPG leva ao Congresso a conta pronta. Nossa pauta é Reajuste, Bolsas Pra Geral e Previdência na Pós. Defendemos:

- **Reajuste de 50% em 2027**, com mestrado a R$ 3.150 e doutorado a R$ 4.650, recuperando de uma vez o poder de compra de 2013. São R$ 1,6 bilhão a mais na CAPES e R$ 175 milhões no CNPq. Em qualquer cenário, não aceitaremos menos do que 20% em 2027, com a recomposição integral concluída até 2029.
- **Reajuste imediato das bolsas no exterior**, há quase 15 anos congeladas, em valores compatíveis com as exigências dos países de destino.
- **Mecanismos anual de Reajuste**, criação de regra permanente, para que a bolsa nunca mais dependa de uma década de luta para recuperar o que a inflação levou.
- **Bolsas Pra Geral**: ampliação imediata de 5 mil a 10 mil novas bolsas de mestrado e doutorado, como primeiro passo rumo à universalização da oferta de bolsas.
- **Previdência na Pós**: votação imediata, no Senado, do PL 1.721/2026, já aprovado na Câmara dos Deputados e com requerimento de urgência aprovado.
-

Não estamos sozinhos. A Assembleia Geral da SBPC aprovou, em julho, moção pela universalização, pelo reajuste e pela atualização permanente das bolsas, e nosso abaixo-assinado já passa de 81 mil assinaturas.

Reajustar as bolsas, vinculá-las a um mecanismo de correção anual e aumentar o número de concessões é o primeiro passo para que o Brasil forme mestres e doutores capazes de contribuir para o avanço da CT&I. Isso é crucial não apenas para o progresso científico, mas para enfrentar problemas nacionais como saúde pública, mobilidade urbana e produção de alimentos. O investimento em CT&I tem resultados diretos na qualidade de vida da população.

Diante dessa situação, a ANPG convoca pós-graduandos, Associações de Pós-Graduandos (APGs), programas, entidades científicas e toda a sociedade à **paralisação nacional da pós-graduação, nos dias 17 e 18 de novembro**, e à pressão sobre cada deputado e cada senador pela ampliação do orçamento de Educação e CT&I para 2027 e pela votação da previdência dos bolsistas no Senado. É essencial que o Congresso Nacional compreenda o valor estratégico do financiamento à pesquisa e assegure um orçamento que permita projetos de longo prazo. Investir em ciência não é um custo, mas

uma garantia de retorno econômico, social e tecnológico para o futuro do país. Por isso, exigimos: reajuste já de todas as bolsas de estudos, no país e no exterior, Bolsas Pra Geral e Previdência na Pós!

Diretoria Plena da ANPG